

CORREIO ECONÔMICO

POR
MARTHA IMENES

Alex Ribeiro/Agência Pará



Setor agropecuário responde por 13,1% do resultado

Economia brasileira mostra crescimento moderado

O Índice de Atividade Econômica (IBC-Br) registrou alta de 2,5% em 2025, na comparação com o ano anterior, informou o Banco Central. O resultado foi impulsionado principalmente pela agropecuária, que avançou 13,1%. A indústria cresceu 1,5% e os serviços, 2,1%. Excluindo o setor agropecuário, o índice teve expansão de 1,8% no período.

Apesar do desempenho positivo no acumulado do ano, dezembro apresentou retração de 0,2% em relação a novembro, considerando os dados dessazonalizados. Na comparação com dezembro de 2024, houve alta de 3,1%. Já no trimestre encerrado em dezembro, frente ao trimestre terminado em setembro, o indicador subiu 0,4%.

Índice funciona como 'termômetro'

O IBC-Br é utilizado como termômetro da atividade econômica e auxilia o Comitê de Política Monetária (Copom) na definição da taxa básica de juros, a Selic, atualmente em 15% ao ano — o maior patamar desde julho de 2006. A Selic é o principal instrumento do BC para controlar a inflação, cuja meta é de 3%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual. Em janeiro, a alta da conta de luz e da gasolina manteve a inflação oficial em 0,33%.

Reprodução Revista News



Trajetória moderada mantém a taxa de juros em alta

Moderação da atividade econômica

No acumulado de 2025, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou em 4,44%, dentro do intervalo de tolerância, aponta o levantamento.

Diante da moderação da atividade econômica brasileira e da inflação em trajetória de queda, o Copom manteve a Selic pela quinta vez consecutiva na reunião de janeiro. Em ata, o colegiado sinalizou que iniciará cortes nos juros em março, sem detalhar a magnitude da redução, mas reforçou que a política monetária seguirá em nível restritivo.

PIB consolidado sairá em 3 de março

O IBC-Br não é considerado uma prévia oficial do Produto Interno Bruto (PIB), mas serve como referência para a formulação da política monetária. No terceiro trimestre de 2025, o PIB cresceu 0,1%, resultado classificado pelo IBGE como estabilidade. A divulgação do PIB consolidado de 2025 está marcada para 3 de março. Em 2024, a economia brasileira havia registrado expansão de 3,4%.

Inflação mais alta

A previsão do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - referência oficial da inflação no país - passou de 3,97% para 3,95% em 2026. A estimativa está no boletim Focus divulgado semanalmente pelo Banco Central (BC) com a expectativa de instituições financeiras.

Projeção de 3,8%

Para 2027, a projeção da inflação se manteve em 3,8%. Para 2028 e 2029, as previsões são de 3,5% para os dois anos. Pela sexta semana seguida, a previsão para a inflação de 2026 foi reduzida e está dentro do intervalo da meta (3%) para a variação de preços que deve ser perseguida pelo Banco Central.

Energia e gasolina

Em janeiro, a alta dos preços da conta de luz e da gasolina fizeram a inflação oficial do mês fechar em 0,33%, mesmo patamar de dezembro. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o resultado fez o IPCA acumular alta de 4,44% em 2025, dentro da meta do Conselho Monetário Nacional.

Taxa Selic

Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros (Taxa Selic), definida atualmente em 15% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do BC. Apesar do recuo da inflação e do dólar, o colegiado não mexeu nos juros pela quinta vez seguida na última reunião, no fim de janeiro.

Maior nível

A Selic está no maior nível desde julho de 2006, quando estava em 15,25% ao ano. Em comunicado, o Copom confirmou que começará a reduzir os juros na reunião de março, caso a inflação se mantenha sob controle e não haja surpresas no cenário econômico. A estimativa é que a taxa básica caia para 12,25% ao ano.

PIB de 1,8%

A estimativa para o crescimento da economia brasileira este ano permanece em 1,8%. Para 2027, a projeção para o Produto Interno Bruto (PIB, a soma dos bens e serviços produzidos no país) também ficou em 1,8%. Para 2028 e 2029, o mercado financeiro estima expansão do PIB em 2% para os dois anos.



Rio Grande do Norte lidera o endividamento (R\$ 84,32 milhões)

Governo desembolsa milhões para pagar dívidas

Em 2025, estados e municípios receberam R\$ 11,08 bi da União

Da redação

A União desembolsou R\$ 257,73 milhões em janeiro para honrar dívidas atrasadas de estados e municípios, segundo relatório divulgado nesta quinta-feira (19) pelo Tesouro Nacional. No acumulado de 2025, o valor chegou a R\$ 11,08 bilhões.

Entre os maiores devedores no mês passado estão o Rio Grande do Norte (R\$ 84,32 milhões), o Rio de Janeiro (R\$ 82,34 milhões) e o Rio Grande do Sul (R\$ 70,55 milhões). Também tiveram parcelas não quitadas o Amapá (R\$ 19,55 milhões) e os municípios de Guanambi (BA), Paranã (TO) e Santanópolis (BA), cujos débitos somaram pouco mais de R\$ 967 mil.

Desde 2016, a União já pagou R\$ 86,78 bilhões em dívidas garantidas. O Tesouro lembra que, nesses casos, os valores são compensados com repasses federais ordinários, como fundos de participação e impostos compartilhados, além de impedir novos financiamentos. Em contrapartida, os entes ficam sujeitos a juros e encargos adicionais.

Regimes especiais

Do total honrado desde 2016, cerca de R\$ 79,02 bilhões estão sob regimes especiais de recuperação fiscal ou decisões judiciais que suspenderam a execução das contragarantias. Até agora, a União conseguiu recuperar R\$

6,03 bilhões, principalmente de Rio de Janeiro (R\$ 2,77 bilhões) e Minas Gerais (R\$ 1,45 bilhão). Em 2026, já foram recuperados R\$ 104,97 milhões.

Em 2025, foi criado o Programa de Pleno Pagamento da Dívida dos Estados (Propag), que prevê descontos nos juros e parcelamento em até 30 anos. Em troca, os estados devem vender ativos e cortar gastos, além de aportar recursos no Fundo de Equalização Federativa (FEF), destinado a investimentos em áreas como educação, segurança e saneamento.

Ao todo, 22 estados aderiram ao programa, incluindo São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Situação do Sul

O Rio Grande do Sul, que enfrenta reconstrução após as enchentes de 2024, teve o pagamento da dívida suspenso por 36 meses. Nesse período, os juros — de cerca de 4% ao ano mais inflação — também foram perdoados. O estoque da dívida com a União gira em torno de R\$ 100 bilhões, e os valores que seriam pagos serão destinados a um fundo estadual para investimentos na recuperação.

O estado já havia firmado acordo de recuperação fiscal em 2022, homologado pela União, que prevê ajuste fiscal e desestatizações para equilibrar as contas públicas.